



DA INFÂNCIA NEGADA À INFÂNCIA COMO DIREITO: UMA CONSTRUÇÃO HISTÓRICO-SOCIAL

Maria Daniele de Oliveira Silva¹

RESUMO

O presente artigo busca discursar sobre a construção histórico-social da infância e sua visibilidade nas políticas públicas brasileiras, este se originou a partir das discussões e reflexões sobre o caminho que levou a elaboração e reconhecimento do conceito de infância. Desse modo, através de diferentes perspectivas e autores, nos propomos a tecer reflexões e dados referentes à evolução conceitual da temática, suas conquistas e lutas. A partir de autores como Ariès (1981), Frabboni (1998), Levin (1997), Sarmiento e Pinto (1997) buscaremos elucidar como se deu o processo de construção da infância enquanto categoria social e enfatizar a questão do reconhecimento das crianças nas políticas públicas. Assim, notamos que romper com ideias prontas e visões estereotipadas da infância torna-se imprescindível, desse modo é importante enxergar a cultura que se produz de forma livre e natural, construindo um vasto e rico campo de experiências e conhecimentos.

Palavras-chave: Infância, História da infância, Construção social.

INTRODUÇÃO

A análise das produções referentes à história da infância e a emergência de estudos e pesquisas relativos a esse fenômeno nos permitem compreender que a infância enquanto categoria social é uma construção recente na história da humanidade. Dessa maneira, vem ganhando espaço em meio às discussões referentes aos processos sociais. Enquanto construção social, o conceito de infância está sujeito a constantes mudanças e alterações de acordo com diversos fatores, tais como: a época histórica, o contexto social, os aspectos culturais e econômicos, ou seja, as perspectivas sociais associadas a criança se interligam diretamente a —como elas são consideradas pela sociedade dos adultos (SARMENTO; PINTO, 1997, p.2).

Partindo de um viés histórico, percebemos que as vidas das crianças foram marcadas por diversas violações e desconsiderações, conforme Ariès (1981) não havia distinções entre crianças e adultos tanto nas vestimentas quanto nas formas em que eram tratadas ou introduzidas nos locais. Porém, até hoje ocorre desvalorização das particularidades infantis o que acarreta na perpetuação de que problemas estruturais e materiais da sociedade são naturais

¹ Graduando do Curso de pedagogia da Universidade Federal de Pernambuco - UF,daniele.oliveirasilva@ufpe.br;

– tais como a pobreza, a falta de vagas em creches e a desresponsabilização estatal nos documentos legais -. Embora tenham ocorrido grandes conquistas para infância na garantia de direitos importantes para o desenvolvimento total desta categoria social, ainda há muitas lutas para efetivação plena destes. Dessa forma, nos sentimos estimuladas a partir de estudos, discussões e reflexões sobre infância e contemporaneidade a escrevermos sobre a temática, pois é de grande relevância e necessidade termos produções relacionadas à infância. Por isso, buscamos através deste, elucidar algumas discussões que acreditamos serem pertinentes e essenciais para apreender sobre este fenômeno social. Assim, este trabalho se propõe a uma contextualização histórica do surgimento do sentimento de infância demonstrando que é uma construção recente na história da humanidade e a refletir sobre a visibilidade que esta categoria social vem tendo nas políticas públicas brasileiras.

INFÂNCIA: UMA CONSTRUÇÃO HISTÓRICO-SOCIAL

Afirmar que a infância é uma construção histórico-social é reconhecer que fatores como os contextos históricos, sociais, culturais e até mesmo econômicos moldaram e moldam a concepção que se tem dessa temática. Através destes documentos compreendemos que a falta de estudos relacionados à infância indica a dificuldade que se tinha de o adulto reconhecer a criança enquanto sujeito.

Dessa maneira, falar de infância é falar de uma construção e não de um fenômeno natural, pois conforme Sarmiento e Pinto (1997):

(...) crianças existiram sempre, desde o primeiro ser humano, e a infância como construção social — a propósito da qual se construiu um conjunto de representações sociais e de crenças e para a qual se estruturaram dispositivos de socialização e controle que a instituíram como categoria social própria – existe desde os séculos XVII e XVIII. (p. 13).

Dessa maneira, as definições do termo infância demonstram uma variedade de significações – pois, como construções estão em constantes mudanças -, que são dadas a esta de acordo com o referencial que se tem. Etimologicamente segundo Castro (2010): O termo infância em latim é *in-fans*, que significa sem linguagem.

No interior da tradição filosófica ocidental, não ter linguagem significa não ter pensamento, não ter conhecimento, não ter racionalidade. Nesse sentido a criança é focalizada como um ser menor, alguém a ser adestrado, a ser moralizado, a ser educado. (p. 04). Essa forma de compreender a criança ainda perpetua em muitas mentalidades. Tê-las como sujeitos

totalmente dependentes física e psicologicamente (seres ingênuos e frágeis) é negar sua autonomia, é inviabilizar seu caráter de sujeito ativo que possui vontades, desejos e necessidades próprias. Assim, a fim de estruturar, organizar e contextualizar a história da criança - desde a época medieval até a contemporaneidade -, buscaremos através de estudiosos compreender o papel da criança nessas sociedades a fim de perceber como nós entendemos e nos relacionamos com as mesmas. Dessa forma, usufruiremos da relação de três fases desenvolvidas pelo educador italiano Franco Frabboni (1998): a infância negada, a infância institucionalizada e a infância de direitos.

Na idade média, Ariès (1981) em seu estudo revela que nas iconografias não haviam diferenciação de crianças e adultos, elas eram retratadas com vestes e feições que remetiam a um mini adulto, porém isso não significa dizer que elas fossem negligenciadas ou desprezadas e sim que não havia uma consciência de uma particularidade infantil que distinguiriam as crianças dos adultos. Levin (1997) ressalta que logo após passar o período de maior dependência física da mãe, as crianças já eram introduzidas plenamente ao mundo adulto, participando ativamente de festas e reuniões, por exemplo.

As precárias condições de higiene e saúde contribuía para o aumento da mortalidade infantil, assim aquelas que sobreviviam e eram ricas acabavam sendo criadas por amas e aquelas que eram pobres já eram encaminhadas para aprenderem ofícios, iniciando sua vivência no mundo de trabalho muito cedo. O infanticídio também era recorrente principalmente com as crianças que nasciam com alguma deficiência. Todas essas questões acabavam auxiliando no processo de naturalização da mortalidade, o que explicaria uma ausência do sentimento de apego pelas crianças.

No Brasil, ocorreu um processo semelhante. Mary Del Priori (2004) reafirma a construção do conceito de infância e demonstra que a noção de infância e de criança no passado era muito mais uma questão de esperança, do que de realidade. No sentido que, as condições precárias de vida material contribuía no crescimento acentuado da mortalidade infantil. Dessa maneira, esse período seria caracterizado por Frabboni (1998), como o momento da infância negada.

Com o passar do tempo à igreja teve um papel muito importante na construção de uma concepção de infância, as posturas adotadas por religiosos com relação às crianças mudaram de forma lenta e gradual. Elas tidas como frágeis e puras, se fazia extremamente necessário que ocorresse vigilância e orientação para que se tornassem bons cidadãos. Ocorre-se assim um sentimento de valorização da criança. Del Priori (1991) identifica que esse sentimento também ocorreu no Brasil e se mostrou presente na prática educativa dos jesuítas. A infância era o



período oportuno para catequizar às crianças, ensinando-as os princípios e valores católicos que deviam ser adotados e seguidos toda a vida.

Começa-se então uma distinção entre o mundo adulto e o universo infantil, o que é um aspecto muito positivo e considerável, mas também significou um modo de enxergar e pensar as crianças que perpassa até os dias atuais – através da fragilidade -. As mudanças sóciopolíticas colaboram para que ocorressem transformações no interior das famílias e das relações entre estas com seus membros. Para que elas não fossem corrompidas, era preciso que elas fossem educadas de forma a assegurar que não houvesse transgressões em sua vida adulta.

Ao serem educadas pela própria família, acaba surgindo um sentimento de infância que é constituído conforme Ariès (1981) pela paparicação e o apego, a beleza e graciosidade infantis promoveram uma aproximação entre os adultos e seus filhos. A evolução das relações sociais nos permite afirmar que a criança ganha um papel de destaque nas famílias e na sociedade. Essa nova percepção com relação à infância permitiram uma maior preocupação tanto com relação à saúde e a educação delas.

A revolução industrial (XVIII - XIX) proporcionou uma nova forma de pensamento e organização da sociedade civil, a infância torna-se institucionalizada. Com o advento das indústrias, ocorre o favorecimento do êxodo rural e conseqüentemente o crescimento populacional urbano. Os membros das famílias precisam trabalhar e conseqüentemente deixar seus filhos em algum lugar. Surgem-se instituições escolares com intuito de educá-las e prepará-las para a vida adulta, o ensino também é fragmentado para a classe operária e para a classe rica. Essa mentalidade perdura até a atualidade, a criança ainda é tida como um vir a ser e há distinção de acesso a saberes dos mais pobres com relação aos mais ricos.

Porém, não podemos negar que para as crianças pobres a realidade também poderia ser outra, muitas passam a trabalhar como meio de auxiliar na renda de suas famílias. O trabalho infantil se fez e se faz – infelizmente – muito presente em nossa sociedade. Além de acidentes, as relações de poder entre patrões e funcionários castigavam e inviabilizavam a infância dessas crianças.

Por isso, devemos reconhecer que a vivência da infância não é a mesma para todas as crianças. As situações de socialização, condições de vida, oportunidades de lazer e até mesmo o tempo que possuem para brincar são distintos. De fato, a modernidade acaba reconhecendo a infância, o que fez com que as crianças ganhassem visibilidade, o cuidado e a atenção crescem e o estado passa em conjunto com a família a se responsabilizar pela garantia de direitos diversos e a criação de programas e estatutos em benefício das crianças - nesse sentido, avançamos para a infância de direitos.



Embora tenham ocorrido grandes avanços no tocante ao reconhecimento legal da criança enquanto sujeito de direitos, a elaboração e investimento de políticas públicas, há também necessidade de compreender que o lugar reservado para infância é distinto. Basta observarmos o quanto as oportunidades de acesso à educação para crianças ricas diferem das oportunidades para as crianças que são pobres e/ou negras e/ou de cultura diferente da etnocêntrica – indígenas, quilombolas, cigana... -. Dessa forma, reafirmamos que a infância não é um processo natural e muito menos universal, pois enquanto produto de uma construção histórico-social existe diversas infâncias.

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A INFÂNCIA – LUTA, CONQUISTAS E DESAFIOS

O século XX é marcado por grandes oscilações em torno dos direitos civis e proteção social para as crianças, esse período desencadeou lutas, conquistas e desafios para que elas passassem a não serem apenas sujeitos que precisavam ser contidos e reprimidos. Diante dessa perceptiva, surgem às políticas públicas que é o somatório das ações e programas do governo, segundo Azevedo (2001), as mesmas objetivam garantir os direitos aos cidadãos, bem comum possibilitar oportunidades e facilidades para a infância que auxilia a criança em seu desenvolvimento social, cognitivo, físico entre outros.

As políticas públicas são aqui compreendidas como as de responsabilidade do Estado – quanto à implementação e manutenção a partir de um processo de tomada de decisões que envolve órgãos públicos e diferentes organismos e agentes da sociedade relacionados à política implementada. (HOFLING, 2001, p.31).

A organização da sociedade civil, denominada —Todos Pela Educação divide as políticas públicas em alguns eixos situados da seguinte forma: Políticas públicas distributivas, políticas públicas redistributivas, políticas públicas regulatórias e políticas públicas constitutivas. É notável que cada qual possui sua função, mas todas elas necessitam de fiscalização e aplicação de forma correta, porém um dos grandes desafios em torno dessas políticas é a forma em que são realizadas as fiscalizações que na maioria das vezes deixam a desejar hodiernamente, em alguns casos pelo abandono da infância, principalmente quando pensamos nas crianças que possuem classe social baixa e que vivem infelizmente em condições financeiras e sociais que não as permite-as a ter uma vida digna. Nesse contexto, as políticas

públicas objetivam garantir esses direitos, ou seja, o Estado busca assegurar que sejam inseridas no contexto das infâncias, ações que ofereça: Saúde, educação, lazer, segurança, entre outros. Porém a sociedade também tem seu papel importante para que haja de forma correta a manutenção dessas políticas públicas em seu ato de implementação.

É perceptível, que nem sempre as políticas públicas para a infância existiram ou obtiveram êxito, as crianças não tinham a visibilidade que possuem hoje até mesmo pelo Estado, ao olharmos o período da ditadura militar em 1964 grandes lutas foram travadas retirando de muitas delas o direito de uma vida e educação digna. Ademais, a construção das políticas públicas estão relacionadas pelas diversas lutas da sociedade e de movimentos sociais que buscavam o espaço da infância no campo social, visto que principalmente a educação infantil não havia obrigatoriedade do Estado antes da CF de 1988, e com a LDB (Lei de Diretrizes e Base) o ensino a criança menores de 6 anos vem reforçar o ideal de educação gratuita que permite cada vez mais diminuir as divergências entre classes sociais e compensar suas carências econômicas. Segundo Kuhlmann Jr (1998):

Ao longo do tempo, contudo, as crianças de zero a 6 anos, objeto de prática sociais em ambiente doméstico, foram sendo incorporadas às práticas realizadas em instituições externas à família, dentre as quais as creches, para crianças de famílias das classes populares, e os jardins de infância. (apud NASCIMENTO, 2012, p. 60).

Nessa perspectiva, as crianças menores de 6 anos não tinham o direito de estar na escola como discutimos anteriormente, mesmo a família tendo um papel importantíssimo para o contexto educacional das crianças, compreendemos a importância das lutas para que as crianças frequentassem as instituições externas, e tivessem seus primeiros convívios e interação com outras crianças, lugar este que ajudam no seu desenvolvimento cognitivo e social.

Já em 1988 com a institucionalização da Constituição Cidadã foi instituído em seu artigo 277 que é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. Vale ressaltar, que a obrigatoriedade para garantir direitos legais às crianças é uma conquista histórica para a infância, e nesse cenário que a educação infantil é introduzida para as crianças com maior êxito, e as políticas públicas são aplicadas pelo Estado, para que esses direitos não fiquem apenas na constituição, como situa o autor, Gilberto Dimenstein no livro “Cidadão de Papel”, onde defende que os direitos que precisam sair do papel - Constituição Federal - para ser realmente visto no âmbito social.



Além disso, a promulgação do ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), regulamentado pela Lei Federal nº 8.069/1990, possibilitou a ascensão das políticas públicas na Infância que representam a materialidade da intervenção do Estado, ou o Estado em ação, o Estatuto é um marco legal que permite garantias para uma vida digna e assegura o auxílio para o desenvolvimento da criança e do adolescentes também por meio dessas políticas, o mesmo dar maior visibilidade a infância em relação aos seus direitos fundamentais no meio social. O Art. 3º da constituição situa que “a criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, o espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.

Sob esse viés, o Estatuto é mais uma conquista legal, que possibilita que a criança e ao adolescente não sejam vistos pelo paradoxo de problema para a sociedade, mas como sujeitos de direitos, que a família, o Estado e a sociedade devem zelar pelo seu bem-estar, que não os permita que se encontre em situação de vulnerabilidade e muito menos sofrem algum tipo de violência.

Ademais, segundo o ECA, a criança também é assegurada por lei a ter proteção social e educação de qualidade e torna-se a dever do Estado preparar o sujeito para o exercício da cidadania e a entrada no mercado de trabalho. Diante dos aspectos abordados em relação às políticas públicas, é perceptível que devem ser implementadas, fiscalizadas e desenvolvidas para que possa alcançar os seus objetivos finais. Visto que, para conquistar espaços que a infância tem hoje, ocorreram diversas lutas e desafios para garantir a estas crianças os seus direitos fundamentais e proteção social na fase das primeiras adaptações a vida social e introdução nesse meio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A categoria social da infância se desenvolveu e se diferenciou das outras, ainda é marcada por diversos paradoxos. A constituição da infância se deu face às representações adultas do que eles compreendem acerca deste conceito e do que as crianças são e devem vir a ser. Portanto, falar de infância não é fácil. Mas também é falar de uma grande conquista para as crianças que começam a serem percebidas enquanto sujeitos de direitos que possuem particularidades e especificidades que as diferenciam dos outros atores sociais. Embora percebamos que esses direitos não são realmente assegurados para muitos, principalmente para

aquelas menos abastadas socialmente ou com as que não pertencem à cultura etnocêntrica tais como as crianças indígenas, quilombolas, ciganas, entre outras. Há uma grande necessidade de se estudar a infância a partir da perspectiva infantil, de modo, a visibilizar esses indivíduos que embora considerados sujeitos sociais ativos ainda são cercados de estereótipos, no sentido de entendê-los como uma espécie de tábula rasa, um vir a ser. Compreender o tempo da infância, suas formas de ser e socializar através do saber e fazer das crianças são ótimas maneiras para de fato darmos concretude a esse modo de conceber a infância. Mostra-se então a necessidade de compreender a dinamicidade e a identidade própria da infância, seus elementos e particularidades. Romper com ideias prontas e visões estereotipadas da infância torna-se imprescindível, é importante enxergar a cultura que se produz de forma livre e natural, construindo um vasto e rico campo de experiências e conhecimentos.

Ademais, convém ressaltar que as políticas públicas no contexto da infância é uma conquista histórica que foi construída diante de grandes desafios que não ficou apenas no passado, hodiernamente as políticas públicas ainda possui seus desafios principalmente no que se refere à implantação e fiscalização das mesmas, visto que são ações e programas do governo para o povo. Nessa perspectiva, é perceptível a importância que as mesmas possuem no âmbito da infância, pela maior visibilidade que obtiveram através dessas políticas, bem como garantiu que os direitos constitucionais os tornasse válidos por meio dessa materialização de ações e programas, em torno de saúde, educação, lazer e outros benefícios indispensáveis para a vida digna da infância.

REFERÊNCIAS

- ARIÈS, Philippe. História social da criança e da família. Zahar, 1981.
- COHN, Clarice. Antropologia da Criança. Zahar, 2010. CASTRO, M. Noção de criança e infância: diálogos, reflexões, interlocuções. Anais do Seminário do 16º COLE. UFF. Rio de Janeiro/RJ, 2010. DEL PRIORE, M. História da infância no Brasil. 4ª edição. São Paulo: Editora Contexto, 2004.
- DEL PRIORE, M. O cotidiano da criança livre entre colônia e império. In: História da infância no Brasil. 4ª edição. São Paulo: Editora Contexto, 2004.
- ESCAVADOR. Disponível em: . Acesso em: novembro de 2020 FRABBONI, Franco. A Escola Infantil entre a cultura da Infância e a ciência pedagógica e didática. In: ZABALZA, Miguel A. Qualidade em Educação Infantil. Porto Alegre. Artmed, 1998.



HÖFLING, Eloisa de. Estado e políticas (públicas) sociais. Cadernos Cedes, v. 21, n. 55, p. 30-41, 2001.

LEVIN, E. A infância em cena. Constituição do sujeito e desenvolvimento psicomotor. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

MONTEIRO, Clara Medeiros Veiga Ramires; DELGADO, Ana Cristina Coll. Crianças, brincar, culturas da infância e cultura lúdica: uma análise dos estudos da infância. Saber & Educar, n. 19, 2014.

NASCIMENTO, Maria Letícia Barros Pedroso. As políticas públicas de educação infantil e a utilização de sistemas apostilados no cotidiano de creches e pré-escolas públicas. Revista Brasileira de Educação, v. 17, n. 49, p. 59-80, 2012.

SARMENTO, M. & PINTO, M. As crianças e a infância: definindo conceitos, delimitando o campo. In: Sarmento, M. J. e Pinto, M. As crianças, contextos e identidades. Braga, Portugal. Universidade do Minho. Centro de Estudos da Criança. Ed. Bezerra, Asa, 1997.